
O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DO PARÁ E DOS (D)EFETOS DA REGIONALIZAÇÃO¹

THE PLANNING OF PUBLIC TOURISM POLICIES IN THE STATE OF PARÁ AND THE (D)EFFECTS OF REGIONALIZATION

LA PLANIFICATION DES POLITIQUES PUBLIQUES DE TOURISME DANS L'ÉTAT DU PARÁ ET DES EFFETS (DÉFAUTS) DE LA RÉGIONALISATION

Hugo Rogério Hage Serra²

RESUMO: A relação entre a política pública de turismo e o território não necessariamente obedece às concepções projetadas pelos sujeitos que elaboram os documentos, nem às estratégias por eles desenvolvidas. Por isso, este trabalho tem como objetivo central analisar a relação entre a política pública de turismo implantada no território paraense pelo governo estadual e sua regionalização, a partir dos exemplos dos polos Belém e Araguaia-Tocantins. O ano de 2001 é considerado um marco na implementação de uma política de turismo para o território paraense e para a região amazônica. Neste estudo de caso, a região é o recorte escolhido para que as políticas sejam operadas; a região é também a forma espacial que contingência a dinâmica turística no estado. Procura-se, porém, demonstrar que a região turística no Estado do Pará não existe na realidade. Ela é muito mais um artifício político de quem elabora as políticas do que um resultado de forças econômicas, sociais e políticas. Como metodologia de pesquisa, utilizam-se dados do boletim paraense de turismo e os planos de desenvolvimento do turismo publicados pelo governo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Região. Regionalização. Belém. Araguaia-Tocantins.

ABSTRACT: When considering that the relationship between the public policy of tourism and the territory does not necessarily obey the conceptions projected by the subjects who prepare the documents, as well as the strategies developed by them, this work has as central objective to analyze the relationship between the public policy of tourism launched in Pará

¹ Este trabalho é resultado, em parte, da tese de doutoramento defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp-campus de Presidente Prudente no ano de 2017. Os resultados da tese foram preservados. No entanto, houve acréscimos de ideias que estão desenvolvidas na primeira e segunda partes deste texto. Destaca-se, também, uma atualização de dados a partir da publicação do Boletim Fapespa de turismo do estado do Pará, para o ano de 2017.

² Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Doutor em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente. Docente no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Campus de Marabá. Integrante do Laboratório de Estudos Regionais e Urbanos do Sul e Sudeste do Pará- Lerassp. E-mail: hugorhserra@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2020 e aceito para publicação em novembro de 2020.

territory by the state government and its regionalization, based on the examples of the Belém and Araguaia-Tocantins hubs. 2001 is considered a milestone in the implementation of a tourism policy for the territory of Pará and for the Amazon region. In this case, the chosen regional approach is taken so that the policies can be operated; the region is also the spatial form that constrains the tourist dynamics in the state. It seeks to demonstrate that the tourist region in the state of Pará does not actually exist. On the other hand, it is much more a political artifice of those who formulate policies than a result of economic, social and political forces of reality. As a research methodology, data from the Paraense tourism bulletin and tourism development plans published by the government are used.

Keywords: Public policies. Region. Regionalization. Belém. Araguaia-Tocantins.

RÉSUMÉ: La relation entre la politique publique du tourisme et le territoire n'est pas toujours conforme aux conceptions de ceux qui rédigent les documents et aux stratégies développées par eux. C'est pourquoi cet article a pour but d'analyser la relation entre la politique publique du tourisme mise en place par le gouvernement dans le territoire de l'État de Para et sa régionalisation, à partir des exemples représentés par les pôles Belem et Araguaia-Tocantins. L'année 2001 est considérée comme une étape importante dans la mise en œuvre d'une politique du tourisme pour le territoire du Para et pour l'Amazonie. Dans cette étude de cas, la région est l'unité territoriale choisie pour la mise en œuvre des politiques publiques; la région est aussi la forme spatiale qui conditionne la dynamique touristique dans l'État de Para. Mais on essaie de démontrer que la région touristique dans l'État de Para n'existe pas en réalité. Elle est beaucoup plus un artifice politique de celui qui élabore les politiques que le résultat de forces économiques, sociales et politiques. La méthodologie de recherche est basée sur les données du bulletin touristique et sur les plans de développement du tourisme publiés par le gouvernement.

Mots clefs : Politiques publiques. Région. Régionalisation. Belem. Araguaia-Tocantins.

INTRODUÇÃO

O tema 'políticas públicas' é bastante recorrente nas análises sobre a forma pela qual os governos operam seus investimentos públicos na sociedade como um todo. As ciências políticas, por exemplo, tradicionalmente, têm mostrado como esse tema está intrinsecamente correlacionável ao Estado. São diversos os autores que tomam esse assunto como algo central para a investigação, como exemplificam a este respeito Arretche (1996), Frey (2000) e Souza (2006). Quando se investiga a relação território-políticas públicas, o debate ainda se mostra com algumas ressalvas em diferentes segmentos sociais e econômicos, nos quais há muito mais um caráter de área, em que uma ação estatal pode ser desenvolvida. No turismo, tal realidade mostra-se similar, sobretudo ao se tomar a política nacional de turismo que incide no território usando a região como um artefato (HAESBAERT, 2010).

No que se refere ao Estado do Pará, seu território turístico é subdividido em regiões intituladas pelo Governo do estado como polos turísticos (PARÁ, 2001, 2011). A partir dessa configuração, as políticas públicas são efetivadas ao sabor de um planejamento estratégico, no qual o Estado dá como algo certo a ideia de 'crescimento' da atividade turística. Tanto é que, não raro, quando o assunto política pública de turismo se torna recorrente, a ideia de crescimento se confunde com desenvolvimento nas análises

institucionais. De certa forma, o que se percebe é que, mesmo sem haver a intencionalidade, o trato com as políticas públicas de turismo revela uma tríade intrínseca entre Estado-políticas-públicas e território (STEINBERGER, 2013). Nesse caso, parece ser a região muito mais um produto da ação do governo paraense do que uma realidade manifestada por meio dos fenômenos regionais, principalmente a partir de dinâmicas econômicas.

Dois polos no Estado do Pará são representativos das políticas públicas de turismo: Belém e Araguaia-Tocantins. Cada um deles responde por um perfil de política que resguarda suas particularidades ao mesmo tempo que produz efeitos espaciais similares. O polo Belém possui a capital homônima à região e se caracteriza por ser uma das maiores portas de entrada da Amazônia Legal, resguarda um sistema de engenharia que favorece o fluxo de turistas, associado a um considerável número de pontos turísticos. Já o polo Araguaia-Tocantins tem Marabá como capital regional, a qual pode ser considerada a principal cidade daquela região, com destaque para a rede hoteleira dessa cidade, bem como o conjunto de infraestrutura que a conecta com o restante do território paraense e a outras regiões brasileiras, além de ser o maior “polo” turístico em extensão territorial.

Ao considerar que, não necessariamente, a relação entre a política pública de turismo e o território obedece às concepções projetadas pelos sujeitos que elaboram os documentos – bem como suas as estratégias por eles desenvolvidas –, este trabalho tem como objetivo central analisar a relação entre a política pública de turismo lançada no território paraense pelo governo estadual e sua regionalização, a partir dos exemplos dos polos Belém e Araguaia-Tocantins. Considera-se o ano de 2001 como marco na implementação de uma política de turismo para o território paraense e da região amazônica e, nesse caso, toma-se o recorte regional escolhido para que as políticas sejam operadas; é, também, a região em questão, a forma espacial que contingência a dinâmica turística no estado. No meio de todo esse processo, procura-se demonstrar que a região turística no Estado do Pará não existe na realidade. Ela é, por outro lado, muito mais um artifício político de quem elabora as políticas do que um resultado de forças econômicas, sociais e políticas da realidade. Utilizam-se dados do boletim paraense de turismo (FAPESPA, 2017) e os planos de desenvolvimento do turismo publicados pelo governo como parte da metodologia.

O trabalho está dividido em três seções, além desta introdução, do desenvolvimento e conclusão. Em um primeiro momento, discute-se de forma breve, um debate sobre políticas públicas. Sempre que possível, ancora-se esse assunto não somente no território, mas também no turismo, na tentativa de criar um amálgama teórico-conceitual. Em um segundo momento, apresenta-se o planejamento como uma das estratégias das políticas públicas, instrumento esse que se torna necessário para conhecer o “terreno” do turismo. Na terceira e última seção deste trabalho, a ideia é correlacionar o planejamento turístico feito pelo Estado do Pará nas duas regiões-polos escolhidas: Belém e Araguaia-Tocantins. Nessa seção, argumenta-se que, pelos dados secundários obtidos e entrevistas com alguns agentes produtores do espaço turístico, a ideia de região acaba por se tornar uma ferramenta retórica, um dispositivo do discurso político que usa aquele conceito como suporte, o que se chama aqui de (d)efeito da regionalização.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS, O TERRITÓRIO E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Antes de mais nada, frisa-se que todo debate sobre política pública não pode ser tomado fora de um recorte temporal, bem como espacial. Isso significa dizer que toda política pública é situada dentro de um determinado contingente no qual diversos sujeitos que fazem parte do jogo político atuam em um contexto.

Na modernidade, o Estado assume a condição principal de elaborador e executor das políticas, ainda que ele não seja o único. Pode-se afirmar que uma das formas de se medir a eficiência estatal na modernidade é pelo tipo de política pública aplicada à nação. Porém, como lembra Rodrigues (2013), como a política pública traz no seu bojo o poder (propriamente a relação de poder com diferentes grupos sociais), as tensões e conflitos emanados desses confrontos são resultados inerentes: “em uma palavra, a política implica a possibilidade de resolvermos conflitos de forma pacífica” (RODRIGUES, 2013, p. 13). Esta é, portanto, uma de suas razões.

Outra forma de compreender a qualidade temporal das políticas públicas reside na diferença entre políticas de governo e políticas de Estado. Dias e Matos (2012), por exemplo, ao explicitarem o que entendem por política pública, situam a diferença entre o que seja uma ação de governo (típico das políticas de governo) e uma ação do Estado (aquela que haveria de ter o interesse maior do que ideias de governo ou bandeira partidária). Para esses autores:

(...) deve ficar claro que embora as ações do governo tenham por objetivo primordial cumprir seu papel de gestor dos negócios do Estado e primeiramente atender ao conjunto da sociedade, sem discriminação de qualquer tipo, visando ao bem comum, as pessoas que integram a administração por prazo determinado têm seus próprios interesses particulares e procurarão atender durante o tempo que permanecerem como administradores da coisa pública, o que pode ou não coincidir com os fins do Estado. É considerando esse aspecto que as políticas públicas devem compreender todas as ações dos governos, pois estas, de algum modo, procurarão se legitimar através de um discurso (e alguma prática) que considera a necessidade de atender os fins do Estado (*sic*), pois é esta expectativa que possuem todas as pessoas da sociedade (DIAS; MATOS, 2012, p. 12).

Ao tomar a diferença entre as ações concernentes aos governos, as políticas públicas podem, também, ser o oposto do que comentam Dias e Matos (2012). Em regimes democráticos, esse cenário é mais evidente, já em regimes totalitários nem tanto. As democracias – tanto as mais consolidadas como as ainda em fase de desenvolvimento –, assistem a disputas explícitas entre programas de governo que julgam serem suas ideias mais bem afeitas ao desenvolvimento da sociedade de seus Estados-nações. Ainda que seja uma definição ampla, para uma atividade como o turismo, esse pode ser um ponto de partida no que se refere à análise das políticas públicas.

No que se refere à análise voltada ao turismo, inicialmente, revelam-se dois elementos para discussão. O primeiro deles é que tais políticas são setoriais. Dito de outra forma – ao menos no Brasil – o turismo não é, necessariamente, a atividade geradora de amplo alcance social e que dela diversos grupos ou classes sociais podem se beneficiar. O termo “setor” do turismo deve ser compreendido aqui como parte integrante de um cenário mais amplo. Nesse caso, o resultado dos esforços despendidos pelo Estado complementa outras demandas da sociedade, a construção de estradas, hotéis, iluminação pública ou melhorias dos espaços coletivos são exemplos. Tudo isso não tem como finalidade, exclusivamente, a recepção de turistas, mas estes sujeitos usam os fixos espaciais assim como os não-turistas, mesmo que estes últimos utilizem numa relação desproporcional às pessoas residentes do lugar turístico. De qualquer forma, esse é um exemplo específico da atividade turística em realidades regionais brasileiras e de como pode-se compreender o caráter segregador das políticas de turismo.

O caráter segregador, citado anteriormente, caracteriza o segundo elemento das políticas de turismo. Ainda que uma parte da melhoria das condições de vida da sociedade em geral seja de uso misto (turistas e residentes beneficiados por políticas), há um esforço do Estado em conceber políticas de turismo específicas. O resultado disso é uma apropriação seletiva do território. Nesse caso, não são todos que podem, a princípio, beneficiar-se da concretização das políticas públicas. A questão da desproporcionalidade está no centro do debate. Se, em algum momento, residentes e turistas podem se apropriar do espaço, posteriormente, para alguns espaços seletivos, tal realidade não apresenta as mesmas características de uso e apropriação do território, cabendo à minoria dos turistas, com distinto poder consumidor de bens e serviços, a condição de consumo. São exemplos de desigualdade na apropriação e no uso do espaço turístico os projetos a seguir: Via Costeira (na cidade de Natal, Rio Grande do Norte), os *Ecoresorts* (na Amazônia e no Pantanal) e Costa do Saúpe (no litoral do Estado da Bahia).

Os exemplos citados anteriormente dão conta de uma parcela do debate sobre as políticas públicas e como elas têm marcado presença nos diferentes segmentos da sociedade. Isso também mostra como tal debate tem apresentado crescimento e importância nas formulações de análises, esquemas e discussões, além da reafirmação que se deve ter na tomada das políticas públicas como elemento integrante dos debates conceitual e crítico pelo qual tem passado.

Steinberger (2013) afirma haver entre o território, o Estado e as políticas públicas uma relação entre esses entes que se torna inseparável, o que resulta em situações específicas. Aquilo que se torna uno – no movimento do espaço e do tempo – apresenta, ao menos, duas nuances importantes, as quais são, assim, explicadas: 1) a primeira reside no fato de que a inseparabilidade entre os três entes citados anteriormente pode resultar em desenvolvimento sócio-político-territorial ou não. Essa probabilidade não se torna, aqui, um jogo de palavras, mas, por certo, revela que tal relação sempre é mediada por um produto de articulações no qual a representatividade político-territorial é muito intensa e reveladora de conflitos e/ou consensos. Nesse sentido, mesmo que haja a afirmação do ponto de vista real (aquilo que acontece na realidade cotidiana dos sujeitos), as categorias práticas: território, políticas públicas e Estado devem ser tomadas a partir do que deixam como marcas na sociedade. 2) A segunda diferença reside no significado atual de Estado – seu contexto – pois, não se torna suficiente apresentá-lo como sujeito integrante da tríade. Na verdade, a forma ‘central’ como ele se apresenta na composição das políticas públicas, bem como o que se espera dele na construção do território é fundamental para entender o mecanismo que faz funcionar a tríade anteriormente citada. Posto isso, em um contexto mercadofilo, nos termos de Souza (2002), por exemplo, o Estado – sobretudo os tipos de governo – pode representar interesses de sujeitos representantes dos grandes circuitos do capital mundial, o que pode levar a uma outra configuração na qual o território pode vir a se tornar recurso (HAESBAERT, 2004).

Posto isso, cabe lembrar que, independentemente do tipo, intensidade, grau ou afinidade da política pública, sua materialidade é garantida, ou seja, toda política pública tem fundamentação territorial. Nesse sentido, o território aparece implícita ou explicitamente nas políticas, ora como arena de conflitos (condição e produto), ora como receptáculo (quando os conflitos são velados ou há a produção do consenso).

Vale destacar que, historicamente, no que se refere à atividade turística, por exemplo, ao menos no Brasil, as políticas públicas de turismo são elaboradas desde a era Vargas e se multiplicaram com a fundação de seu ministério, em 2003. A região, por sua vez, já se configurava como principal recorte das ações de planejamento nos albores do

Ministério do Turismo (MTur). Entretanto, tal recorte procedido pelos governos que se sucederam desde então, vem tornando a região muito mais uma somatória das relações do que, propriamente, resultado delas. De qualquer forma, a base territorial lhe é garantida.

No que se refere à importância que as políticas públicas possuem, Steinberger (2013) afirma que elas são caracterizadas por dois tipos de abrangência, sendo a primeira intitulada “Panorâmicas” e a segunda, “Focais”. As panorâmicas, segundo a referida autora:

Contém apenas diretrizes gerais, ou seja, apontam caminhos aonde se quer chegar (...). Os defensores do modelo de políticas panorâmicas argumentam que as prioridades devem ser definidas somente na hora de realizar os investimentos. Argumentam também que uma política nacional deve mapear as instituições, as políticas e os programas existentes, procedimento considerado básico para a abertura e diálogo e para sistematizar em um único documento o que já vem sendo feito e o que está sendo pensado para o futuro. Argumentam ainda que a construção de um discurso abrangente, sem filtros, garante a legitimidade, aceitação e apoio das várias entidades governamentais e da sociedade civil. (STEINBERGER, 2013, p. 26).

Já, as focais:

É preciso dialogar com um número de agentes-atores bem maior do que na época da ditadura, quando a definição de prioridades era fácil por não haver participação. Concordam, com o procedimento de mapear, sugerido pelos defensores do modelo de políticas panorâmicas, mas advogam um segundo passo: consultar para construir junto, cientes de que em algum momento vai ser necessário encontrar o mínimo de consenso para definir prioridades – alguns vão perder outros vão ganhar. Dizem que quando uma política é ampla não há apoios nem resistências, porém políticas assim abrigam discursos contraditórios e não articulados. Todavia reconhecem que produzir política é sempre um exercício de retórica porque, de fato, a definição de prioridades continua sendo feita por meia dúzia de agentes-atores, o que nada inova em relação à ditadura. (STEINBERGER, 2013, p. 27).

Poder-se-ia ler a diferença entre os dois segmentos a partir do olhar da formalidade que uma política pública pode apresentar, ou, em outros termos, a burocracia. Na perspectiva panorâmica, a presença dos sujeitos diretamente afetados fica em segundo plano, posto que na perspectiva focal isso é o oposto e, ao mesmo tempo, ponto de partida. De outra forma, seria pensar, também, o poder político expresso nas escalas. Uma questão fundamental na perspectiva focal é o reconhecimento da contradição como ponto positivo e alimentador de políticas. Nesse sentido, aponta-se para uma realidade prática do território, qual seja a de que esta categoria se reproduz com o auxílio de temporalidades distintas, mas integrantes de um mesmo conjunto de políticas. Entretanto, tal verdade não se aplica a toda e qualquer política pública, pois o exercício da “diferença territorial” pode ser encoberto pela ação de sujeitos hegemônicos do processo político. De toda sorte, os grupos sociais (na relação intrínseca com o Estado) são fundamentais para a compreensão das referidas políticas. Se no território as relações de poder são conceitos-chave (SOUZA, 1995), nas políticas públicas tais relações também o são.

Esse se torna um elemento do debate fundamental para relacionar as políticas públicas de turismo ao território. Especialmente no Brasil, o turismo institucionalizado planeja as atividades segundo a modalidade das políticas panorâmicas, retratadas por Steinberger (2013). Costumeiramente, os agentes integrantes das decisões políticas sobre o turismo são pessoas ligadas ao Mercado, a saber: agências de viagens, proprietários de hotéis, donos de restaurantes consagrados, investidores imobiliários e, obviamente, representantes políticos notadamente de classe média, afeitos ao fluxo de mercado típico do que Santos (2004) afirma ser o circuito superior da economia urbana. Nesse tipo de política de turismo, o consenso é prioritário no lugar do conflito (ou, ao menos, no campo das divergências), o que confirma que a referida atividade seja segregadora ou seletiva, com fins vinculados à produtividade como uma de suas diretrizes centrais.

Ao considerar a realidade na qual as políticas de turismo assumem uma postura seletiva do território, uma das chaves para o processo de compreensão ou funcionamento desse sistema é o planejamento dessas políticas. Dito de outra forma, como esse planejamento funciona, seus elementos centrais ou estratégias de demarcação das ações, bem como suas características são questões inerentes às políticas públicas.

O PLANEJAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Em muitos manuais e textos em geral, a máxima de que o planejamento consiste em uma ação do presente para intervenções futuras é recorrente, tal como afirma Hall (2001). Quando se relaciona o planejamento às políticas públicas de turismo, esse mecanismo se repete em graus e níveis diferentes, independentemente de quem o planeja. Ao se tomar o Estado como sujeito que executa o planejamento das políticas de turismo, percebe-se que as deliberações feitas se situam no campo da tecnocracia (SOUZA, 2002), ou seja, o fluxo de ideias oriundas dos representantes técnicos do Estado, em comum acordo com a iniciativa privada, fazem com que o planejamento das políticas da referida atividade assumam uma condição relativamente fechada à pluralidade de agentes, sejam eles de diferentes representações.

Brandão (2013), por exemplo, afirma serem o território, o Estado e as políticas uma tríade relacional e que escapa aos anseios exclusivos da tecnocracia. Da mesma forma, pode haver uma relação tácita entre os três elementos destacados. Steinberger (2013) fala do território usado, nos termos de Milton Santos, como categoria central na concepção, elaboração, implementação e análise das políticas públicas. No entanto, no que confere à atividade turística, essas demandas fogem ao cenário ideal descrito por esses autores, o que deixam uma marca típica do planejamento dessa atividade. Tais políticas públicas, por sua vez, acabam por se configurar em uma abordagem vertical, ou seja, aquela em que os governos são protagonistas do processo, ao mesmo tempo em que são centralizadores.

Souza (2003) é uma autora que analisa o “estado de campo” das políticas públicas e toma o Brasil como parâmetro real. Uma de suas observações sobre esse tema diz respeito ao planejamento, o qual, segundo ela, é mais operacional do que as citadas políticas. Ainda segundo essa autora, o planejamento – em conjunto com os projetos e programas – configura-se como elemento que une a política ao território. O dado importante é que eles têm em comum o desenvolvimento do território como meta, mesmo que este último possa aparecer de forma velada na formulação de políticas públicas. Elas funcionam como um conjunto de normas que permite fazer do planejamento um instrumento a seu favor. A ideia aqui está relacionada ao possível “poder” que as referidas políticas têm na

reorganização do território por meio do uso do planejamento (assim como dos projetos e programas correlacionados). Esse cenário só é possível quando o Estado assume a posição de protagonista, conferindo-lhe, assim, a prerrogativa de solucionador de problemas da sociedade. Entretanto, ainda que se saiba que o Estado seja o principal sujeito na tomada tais políticas, isso não lhe garante, na prática, o equacionamento das questões sociais, fazendo com que se questione a eficácia e a forma como são planejadas essas políticas.

Outra autora que oferece uma visão sistêmica sobre o planejamento é Carvalho (2009). Esta autora situa o debate do planejamento na escala urbana. No entanto, a ideia central de seus argumentos é necessária para a compreensão conceitual do planejamento e sua respectiva aplicabilidade nas políticas de turismo. Para ela, o primeiro critério que identifica o planejamento é o “reconhecimento dos problemas”. Nesse sentido, não basta apenas saber que os problemas existem, mas a procedência por meio do diagnóstico é fundamental no seu reconhecimento. Esse critério permite um caminho mais claro para a solução dos problemas, ainda que isso se concentre no campo das ideias e seja indiferente à abordagem escolhida pelo planejador. Ribeiro e Cardoso (*apud* CARVALHO, 2009) utilizam a ideia de padrão como os princípios que norteiam o diagnóstico por meio do planejamento. Por meio dele, apreende-se o “conjunto de representações que categorizam a realidade social e as técnicas de ação” (CARVALHO, 2009, p. 22).

Do diagnóstico passa-se à “prática socioadministrativa”, momento este em que o planejamento examina o que foi feito anteriormente. Nessa fase, vale-se do uso das metas e objetivos traçados dentro de uma ampla análise do problema, exige-se dos atores envolvidos no processo do planejamento “o domínio de recursos instrumentais e de conhecimentos, e exclui, em consequência, aqueles que não o detêm” (CARVALHO, 2009, p. 23). A prática socioadministrativa, assim, revela o conhecimento técnico como central nessa fase do planejamento. Entretanto, cabe salientar que isso pode revelar alguns problemas no que se refere à tomada de decisão. É o caso da excessiva centralização do pensamento técnico ao ser considerada a única forma de resolução dos problemas (algo típico no planejamento turístico de Estado). Nesse tipo de pensamento, desconsidera-se a força dos grupos sociais que não possuem a mesma qualificação profissional que os técnicos, mas podem construir suas bases de decisões técnicas pautadas na ampla experiência do vivido – algo incomum nos tecnocratas.

Carvalho (2009) afirma, ainda, que “assegurar ou reestabelecer a ordem” é o fim último a ser perseguido na tomada do planejamento (urbano). A ideia de superação da desordem é tomada a partir da visão dos especialistas. No entanto, a mesma autora sublinha a questão de se saber que tipo de público se persegue para estabelecer tal ordem. Na esteira desse processo, segundo ela, cabe ao planejador instigar a aparência vigente. A ordem prevista no planejamento não deveria, em tese, ser sucumbida pela supremacia do modo de produção capitalista.

Se, por um lado, do ponto de vista histórico, a ideia de planejamento e das políticas públicas sempre estiveram associadas aos problemas humanos que afligem a sociedade como o saneamento e a educação, por exemplo, haveria de se questionar se o turismo seria um problema social que necessitaria de uma “atenção social”. Ao se tomar isso como verdade, sempre haverá a necessidade de se planejar o turismo mediante as políticas adotadas para que os problemas sociais advindos sejam resolvidos. Do contrário (e aqui reside o paradoxo do uso do tempo e do território que se destina ao turismo), o Estado elabora políticas públicas do turismo, as planeja e as executa como forma de legitimar um fluxo de mercadorias, de ideias e de pessoas que sustentam uma concepção de vida que não necessariamente é compartilhada por todos como prioridade, sobretudo se tomarmos

o território dos Estados-nações pobres como referência. Sendo assim, as demais ações sociais acabariam por convergir para as demandas que as políticas de turismo exigiram como necessárias para o desenvolvimento dessa atividade.

Escobar (2000) é um autor que apresenta, por sua vez, a ideia de que a disciplina é algo que está associado ao discurso do planejamento, necessariamente, às políticas públicas. Isso significa dizer que, da mesma forma em que tais políticas e o planejamento podem resolver os problemas sociais, podem, também, deixar a marca de um *modus operandi* que só é possível via Estado e todo seu aparelhamento burocrático. Em uma atividade como a do turismo, isso pode suscitar questões que somente o Estado pode promover. Assim, o planejamento por meio das políticas públicas teria, em tese, a visão “ordenada” do território pleiteado para a prática do turismo. Já Benevides (1998) é enfático ao dizer que o planejamento da atividade turística é composto por estratégias do Mercado, e, por isso mesmo, as demandas governamentais não fogem às diretrizes mercadológicas. Toda estratégia de natureza pública ocorre, portanto, nessa direção. Ainda para este autor, pensar o turismo dessa maneira, ajuda o Estado a veicular uma imagem externa: a de que a presença centralizadora do governo na gestão pública da referida atividade é algo que não contribui para a atração de investidores.

É a partir da ideia geral do planejamento do turismo apontada por Benevides (1998) que se pode conceber como funciona a relação política pública de turismo e território no Estado do Pará. O autor ainda faz uma importante afirmação em relação ao Estado do Ceará acerca do planejamento-turismo-políticas públicas que ajuda a compreender áreas periféricas, tais como o já referido Pará: segundo esse autor, o engajamento do estado brasileiro e, em especial do cearense, na promoção do turismo como “questão de desenvolvimento”, associado às tendências de reorganização industrial em escala mundial, fazem com que regiões periféricas, notadamente subdesenvolvidas, reafirmem seu posicionamento ainda mais periférico no que confere a uma produção industrial. Nesse sentido, elementos tipicamente do mercado global presentes no planejamento da atividade turística nada mais podem representar do que a afirmação dos agentes privados sobre a questão pública.

Do ponto de vista espacial, essa ideia está alicerçada no recorte regional. No Estado do Pará, as regiões turísticas assumem o discurso – pretensamente “desenvolvido” – de que a relação planejamento e Mercado é necessária para o bom andamento das políticas públicas.

O PLANEJAMENTO DO TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO PARÁ: AS “REGIÕES-POLOS” BELÉM E ARAGUAIA-TOCANTINS

Desde 2001, o Governo do Pará apresenta sucessivas publicações de informações e documentos relacionados ao turismo de forma paradigmática, tais como o seu primeiro plano de desenvolvimento do turismo (PARÁ, 2001). A partir de então, a referida atividade ganhou espaço de forma gradativa na agenda das políticas públicas, seja como prioridade ou não. Em 2011, o governo do estado lança uma revisão de seu primeiro plano, intitulado “Plano Ver-o-Pará de desenvolvimento do turismo” (PARÁ, 2011). Nesta etapa, a relação do governo com setores do mercado especializado no turismo se acirra. A atividade ganha ares mais específicos no que concerne a um planejamento estratégico, nos moldes do que já havia falado Vainer (2000) sobre a cidade. Neste caso, os conceitos e técnicas são fortemente inspirados no planejamento empresarial. A presença maciça do Mercado no planejamento das atividades turísticas no Pará marcaria de vez uma presença ininterrupta de um *modus operandi* de um tipo de gestão pública do turismo que expõe não somente as cidades, mas também, as regiões como um todo.

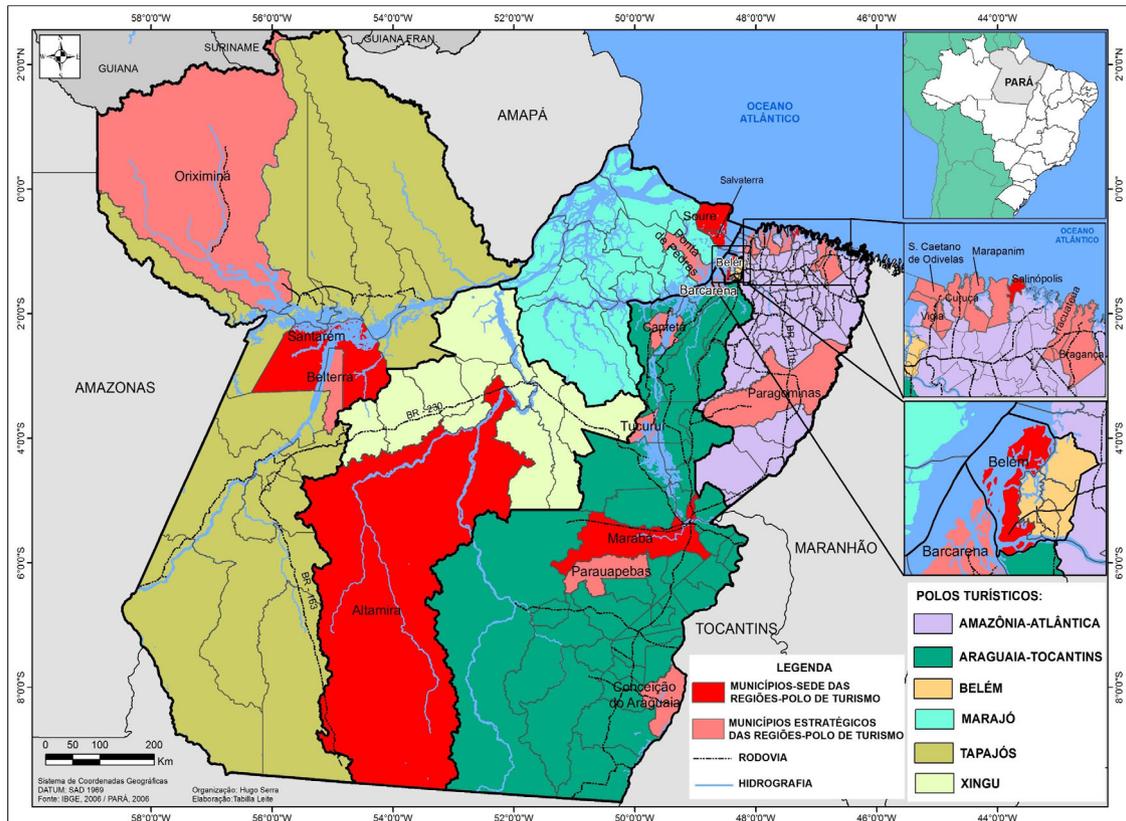
As regiões turísticas ou polos turísticos do Estado do Pará são seis: Belém, Marajó, Tapajós, Xingu, Araguaia-Tocantins e Amazônia-Atlântica. Elas foram definidas no plano de turismo de 2001 e oficializadas como procedimento para todo tipo de política pública a partir da resolução 001/2009 (PARÁ, 2009). A partir dessa publicação, a política de turismo do Estado passa a ser adotada conforme tal contingência jurídico-política e administrativa.

Os polos regionais deveriam sintetizar uma caracterização que lhes era conferida de acordo com aquilo que mais se aproximava do tipo de turismo por região, ou seja, para cada nova região formada (regiões) haveria uma “identidade turística”; a partir dessa configuração, as políticas de turismo seriam implementadas. O território paraense, assim, passaria por novos recortes espaciais obedecendo aos critérios estabelecidos dos pontos de vista técnico e político na tentativa de legitimar a concepção de turismo elaborada naquele momento. Ainda que houvesse pequenas variações, por causa da identidade regional, as políticas dessa atividade deveriam – em tese – ser associadas ao tipo de diretriz ou norteamento político proposto pelo Governo do Pará.

Por conjugar critérios relacionados à formação cultural com divisões político-administrativas e a fisiografia, as regiões turísticas criadas não necessariamente representam ou exprimem características regionais difundidas no interior de seus recortes espaciais. A postura técnico-metodológica adotada pelo Estado foi a de criar “regiões-polo”, com suas respectivas sedes e municípios centrais que pudessem exprimir, em síntese, o tipo de política pública a ser materializada nas novas regiões formadas. Tal ideia já fora desenvolvida, inicialmente, no primeiro plano de desenvolvimento de turismo do Pará (PARÁ, 2001). Àquela época, a política dos polos de desenvolvimento – baseadas nas ideias de Perroux (1967) – do turismo teria a seguinte configuração:

Com base nestes seis polos, cuja extensão e composição de municípios foi estabelecida pelo Governo Estadual, foram identificadas as unidades municipais prioritárias para etapa inicial do Plano de desenvolvimento do turismo. Estes municípios também foram determinados pelo Governo Estadual de acordo com um critério objetivo de produtos turísticos consolidados. Além disto, a priorização adotada significa o reconhecimento de que estes municípios dispõem de maior grau de potencial, pela força de seus atrativos e o mínimo de infra-estrutura já instalada em uma primeira etapa. A partir destes seis polos, a tendência é do turismo ir se desenvolvendo através de ondas concêntricas até atingir a totalidade de cada polo. Considerando, inclusive, a integração do mercado intermunicipal de produtos turísticos não necessariamente exclusivos à área física do município prioritário, podendo agregar recursos de municípios vizinhos sempre que ocorrer demanda significativa. (PARÁ, 2001, p. 5).

De acordo com o exposto, percebe-se, na prática, a forma de espacialização da atividade turística no território paraense que, a partir dos municípios principais, tem na teoria dos polos de crescimento (PERROUX, 1967) seu principal argumento técnico, político e prático para promover o turismo no Estado do Pará. O recorte regional, portanto, é resultante de uma hipotética influência regional que o município central, bem como outros de importância significativa – as sedes dos polos turísticos –, promovem na extensão do recorte espacial implementado, este exercício cartográfico é o que se vê na Figura 1:



Fonte: AUTOR, 2020.

Figura 1. Mapa do Estado do Pará com as suas respectivas regiões-polo de turismo, segundo o Governo do Estado.

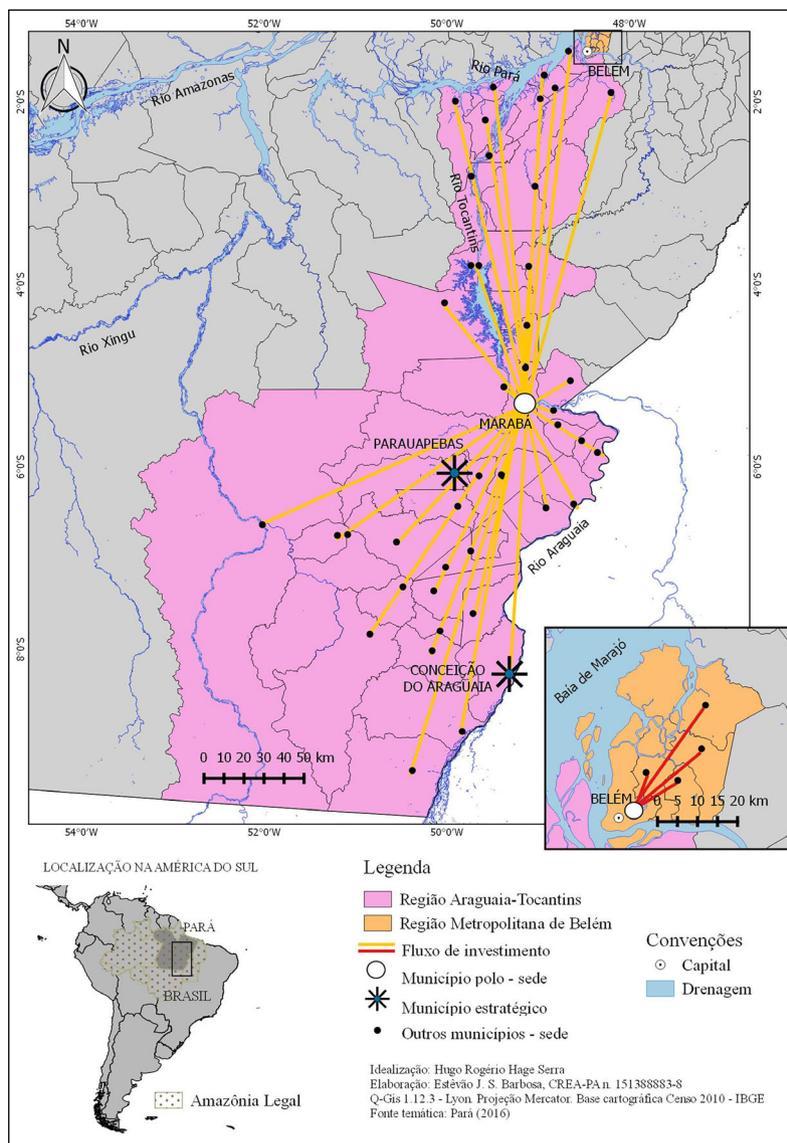
Os investimentos públicos, por sua vez, concentram-se nas localidades escolhidas como prioritárias. A ideia de se criar um efeito regional dinamizar-se-ia de duas formas, as quais são explicadas: A primeira delas concentra-se na sede da região-polo por conter, econômica e historicamente, algum tipo de indução ou estímulo à reprodução da atividade turística. Essa estratégia é legitimada como inicial por haver, portanto, uma animosidade econômica na localidade, daí ter, como possível resultado, um fluxo de turistas para a sede do município. Em segundo lugar, sob um possível efeito de arraste ou irradiação das atividades, ou seja, a prática turística da sede do município criaria um resultado no complexo regional ou, como é apresentado na última citação do primeiro plano de turismo (PARÁ, 2001), deveria haver uma integração intermunicipal tendo como espelhamento a prática turística exercida na sede do polo. Esse argumento também prevalece na versão mais recente do plano de turismo do Governo do Estado (PARÁ, 2011), sendo que suas ressalvas são mais contundentes para os produtos turísticos consolidados. A partir da ideia de “ondas concêntricas” (PARÁ, 2001), as regiões deveriam difundir o ideário ou segmentação turística das sedes dos polos.

O que chama a atenção é a adoção de um tipo de teoria há muito tempo combatida e classificada por muitos especialistas como superada. A teoria dos polos de François Perroux é disseminada a partir de uma realidade factual da indústria como carro-chefe do desenvolvimento, o que a difere por completo da atividade turística, que é caracterizada como um serviço econômico. Da mesma forma, esse argumento vai ao encontro da máxima de que a referida atividade é uma indústria sem chaminés, ideia esta que se torna clichê e frágil do ponto de vista conceitual. Com base em Oliveira (1984), por exemplo, o cenário hipotético da teoria dos polos de crescimento contempla o processo de dominação das frações espaciais (regiões) em relação

a outros espaços. No que se refere às regiões-polo de turismo de Belém e Araguaia- Tocantins, essa relação entre as escalas não se realiza pois a atividade turística não produz o mesmo efeito espacial que as indústrias, ou seja, o turismo é concentrador ou funciona por meio da atração de pessoas e mercadorias, já a indústria, de forma ampla, pode irradiar-se pelo território, formando regiões, ainda que, neste cenário, haja cidades centrais na estrutura espacial.

Os efeitos do planejamento e da política de turismo adotados pelo Governo do Pará acabam por reforçar os centros em detrimento de seu entorno. Mesmo assim, o Governo do Estado afirma que isso se caracteriza como uma política regional. Na realidade, a ideia e a concepção de região são comprometidas pela forma de investimentos de grande porte feitos nas sedes municipais sem conexão ou interdependência das diversas frações espaciais internas.

A Figura 2 é um exercício hipotético de como funcionaria a política de turismo adotada pelo Governo do Pará mediante um planejamento baseado na pseudo polarização regional:



Fonte: AUTOR, 2020.

Figura 2. Mapa da intenção das políticas de turismo no Estado do Pará para os polos Belém e Araguaia-Tocantins.

Alguns agentes ligados diretamente à política de turismo do Pará, sejam eles privados ou públicos, possuem opiniões expressas que ora convergem ora divergem sobre a eficiência das políticas por meio das regiões. O representante do Sindicato dos Hotéis de Marabá revela dois elementos no planejamento da atividade turística, a saber: o primeiro, relacionado à não integração dos diferentes sujeitos que vivem do turismo – mesmo que sejam representantes do setor de serviços já consolidados em cidades como Marabá; e o segundo, relacionado à extensão territorial do polo:

Olha... eu sou sincero com você... Eu fiquei – eu e o município todo – nós ficamos meio à margem do que foi decidido a nível de Estado, embora nós temos feito um seminário de turismo aqui voltado para a sustentabilidade – a presença do governo do estado se fez através do Secretário de turismo – e uma das reivindicações que nós tínhamos era a subdivisão do polo Araguaia-Tocantins que era muito extenso, ele começava na região de Barcarena e terminava em Conceição do Araguaia. Quer dizer, mil e poucos quilômetros de distância e não é só uma distância física, né? Então, o que eu penso da política de turismo: o governo do estado fez, inicialmente, a coisa certa, ou seja, investiu na capital, só que isso começou lá no primeiro governo do Almir Gabriel e eles continuam com a mesma política de investimento na capital! Eles não distribuem a renda a tornar os outros polos regionais atrativos. Então, a concentração de investimentos no turismo continua muito focada na capital (...) (*sic*) (Presidente do Sindihotel Marabá. Entrevista concedida no dia 7 de junho de 2016).

A escala geográfica se confunde com a escala cartográfica, também, no discurso de representantes do Governo do Estado. Por seu turno, esse tipo de procedimento para o planejamento da atividade turística, ao considerar as dimensões territoriais do Estado do Pará, acaba por compreender a região, apenas, como um recorte cartográfico para fins administrativos, o que, por sua vez, inviabiliza a efetividade da região como um todo, pois cria um “pedaço” do território sem levar em consideração as dinâmicas internas:

A questão do polo (...) O Brasil todo trabalha em cima de regiões turísticas, né? Então... nós chamamos de polo, mas, na verdade, são regiões turísticas. São por afinidades, atrativos mais ou menos parecidos --- Então, na verdade, é uma maneira de você reunir isso e você trabalhar questões desses polos por informação, por atração, entendeu? (...) É interessante você trabalhar por polo, apesar de que nossos polos, eles são grandes, mas eu não sei se você... hoje em dia, como Estado, você teria pernas pra trabalhar, você fragmentar mais outros polos. Eu falo isso em função do Xingu e do Araguaia-Tocantins, ele é grande demais. Mas... para se alimentar ele é meio complicado fragmentar tanto. São mais coisas pra você ter que administrar. Mas, assim, eu acho interessante enquanto proposta pra você direcionar recursos, direcionar ações também e fazer com que tenha o mínimo de governança em cima deles. Porque a ideia desses polos é reunir esses municípios e esses municípios fazerem suas instâncias de governança (...) (*sic*) (Diretora de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo do Pará. Entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2015).

A partir da leitura crítica de Oliveira (1984), pode-se associar as ideias da representante técnica do Estado (Diretora de Políticas Públicas) a uma tentativa de superar os desequilíbrios regionais internos a um dado território. No caso do turismo, para o Governo do Estado do Pará, a formação de regiões-polo seria o contrapeso dessas dificuldades. Em relação, especificamente, aos polos Belém e Araguaia-Tocantins, os atrativos ligados ao patrimônio histórico-cultural do primeiro e o intitulado “turismo de negócios” para o segundo levariam ao desenvolvimento regional do turismo e provocariam o dinamismo de outros setores contingenciados no entorno das referidas regiões. No entanto, o que era para mitigar problemas, acaba acirrando e consolidando os centros turísticos já conhecidos no Estado do Pará e no Brasil.

Uma das tentativas que o Governo do Pará utiliza para justificar sua política são os recursos destinados aos polos. Por este caminho adotado, propaga-se uma ideia de totalidade, quando, na prática, são as sedes dos polos que concentram os recursos. Na Tabela 1, os dados referentes ao repasse do MTUR estão em consonância com o planejamento turístico do Pará, ou seja, por polos. Já no Gráfico 1, mostra-se a distribuição das Atividades Características do Turismo – ACTs – para o polo Belém. Por meio delas, percebe-se como a concentração se manifesta numericamente no município que possui o maior contingenciamento de recursos voltados ao turismo, o que nos permite, por sua vez, compreender a maior atração de turistas e demais consumidores.

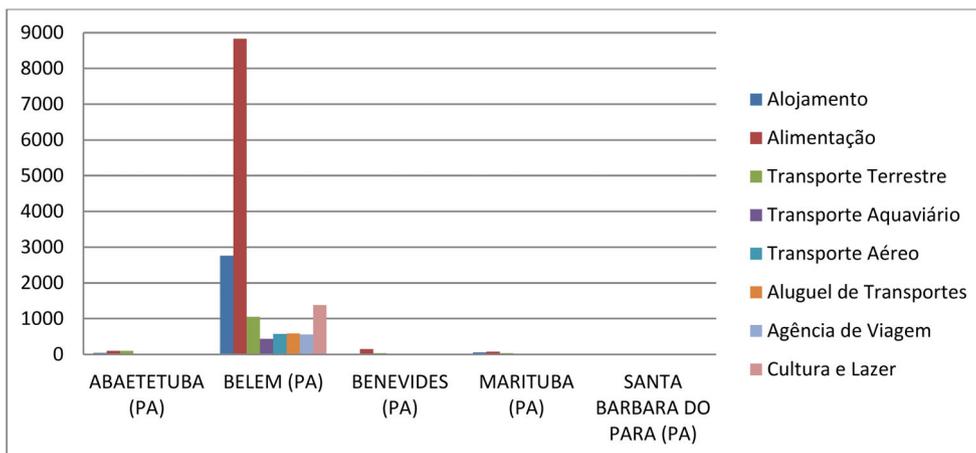
Nota-se, pelo Gráfico 1, que a força econômica de Belém – caracterizada pelas ACTs – permite uma ideia de que o desenvolvimento dos demais municípios é inibido pela capital, o que justifica, por sua vez, a delimitação dos investimentos econômicos, do ponto de vista espacial e da infraestrutura dessa cidade. Da mesma forma, os investimentos privados acabam por se concentrar na sede do polo devido ao maior fluxo de consumidores – turistas e não turistas. A região, assim, é suprimida, pois, os mesmos investimentos feitos na sede do polo não reverberam sua magnitude para os demais que integram a mesma região.

Tabela 1. Repasses de investimentos do MTUR por Polos de Desenvolvimento Turístico no Pará, 2001–2015.

Polos	Investimentos (R\$)	Part. (%)
Total Pará	R\$ 164.217.135,00	100,00
Belém	R\$ 46.100.185,00	28,07
Araguaia-Tocantins	R\$ 39.470.010,00	24,04
Amazônia Atlântica	R\$ 32.652.293,80	19,88
Tapajós	R\$ 30.774.000,00	18,74
Marajó	R\$ 8.639.396,20	5,26
Xingu	R\$ 2.047.500,00	1,25
Não Especificado (Governo Estadual)	R\$ 4.533.750,00	2,76

Fonte: Sicor/MTur, 2017.

Gráfico 1. Número de ocupações por atividades características do turismo por municípios da região-polo Belém - dez/2014.

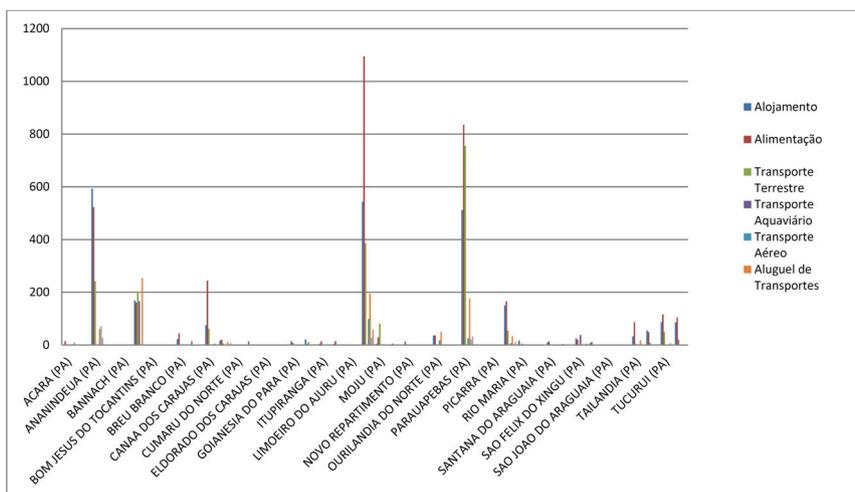


Fonte: Ipea, 2014.

Por seu turno, no polo Araguaia-Tocantins, o município de Marabá acaba concentrando as demandas do polo. Sendo que, do ponto de vista das ACTs, o município de Parauapebas redistribui o fluxo de pessoas na região. No entanto, o elemento central de atração regional não é o turismo e sim a economia de minério, especialmente a extração de ferro da Serra dos Carajás. O Gráfico 2 evidencia como as ACTs estão distribuídas no polo como um todo.

As discrepâncias dos investimentos, bem como da presença de maior equipamentos e serviços que favoreçam o fluxo do turismo não se restringem, apenas, à uma análise interna ao polo, mas permite, da mesma forma, comparar as regiões diferentes. O território do turismo paraense possui uma concentração de investimentos no polo Belém em relação aos demais, como se pode perceber na Tabela 1, já apresentada anteriormente. Essa diferença de investimentos econômicos aponta para uma autêntica seletividade territorial da política de turismo implementada pelo Governo do Pará. A não equiparação dos investimentos promove, assim, uma assimetria regional, o que pode redirecionar o fluxo de turistas e visitantes em geral entre as regiões.

Gráfico 2. Número de ACTs por municípios da região-polo turística do Araguaia-Tocantins, dezembro de 2014.



Fonte: AUTOR, 2020.

Os dois gráficos apresentados são exemplos do que já fora publicado em análises feitas pelo Ipea (2014) quando se compara o turismo e a economia de forma geral – ambas tratadas pelo órgão do Governo Federal como categorias distintas do crescimento do PIB brasileiro. Segundo esse órgão, não se pode afirmar que o turismo acarreta o desenvolvimento da economia do Brasil e sim que os demais setores (bem como as demais atividades) é que levam esta atividade a ter uma dinâmica. Esse comportamento reverbera nas regiões e demais escalas espaciais.

No Pará, para os casos analisados, percebe-se a força concentradora da economia do turismo nas sedes regionais, as quais impulsionam para dentro (ao estilo de um crescimento endógeno) o movimento de pessoas, mercadorias e serviços do turismo, ao passo que, no seu entorno, a relação econômico-espacial não é nutrida na sua totalidade, o que, por fim, causa um efeito regional não disseminado no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de turismo no Brasil e, especialmente, as políticas de um estado amazônico como o Pará, ainda que não possuam a mesma densidade ou prioridade fornecidas pelo Estado a outros setores da sociedade, tais como os de habitação e saúde, demonstram como os governos pensam seus territórios em diferentes escalas do planejamento e da ação, mantendo os mesmos princípios de crescimento econômico e transformação do território, utilizando-se, para isso, o recorte regional como instrumento da política pública.

Utilizada pelo Governo do Estado como instrumento de política pública, a região, na verdade, torna-se um trunfo que se limita à sua retórica, consumada em planos estratégicos do desenvolvimento. Isso fica mais evidente mediante ao circuito espacial que o capital turístico faz quando se trata de uma atividade que consome elementarmente o espaço (CRUZ, 2001), ou seja, o capital se dá de forma mais intensa onde já existe uma condição para sua reprodução e ampliação. Como se pode demonstrar, os assim chamados “polos regionais” pelo Governo do Pará possuem estruturas e equipamentos espaciais voltados ao turismo de forma, grau e natureza diferentes. Daí, portanto, uma cidade como Belém possuir mais condições de atração de investimentos e turismo do que Marabá.

O planejamento regional do turismo também não se efetiva na prática porque o Governo do Estado encampa uma falsa ideia de região. Baseia-se numa noção polarizadora do espaço, onde o centro – notadamente o município mais importante – comanda a região. No entanto, na atividade turística, esse efeito se processa de forma inversa ao caminho das demais mercadorias. Ou seja, em vez de polarizar, as regiões turísticas do Pará, tais como Belém e Araguaia-Tocantins, elas atraem pessoas, serviços e ideias, resultando em uma concentração.

Torna-se válido dizer que o caminho/estratégia que o Governo do Estado adota cria um receituário que se adequa aos interesses do Mercado, principalmente aquele representado pelas grandes corporações do turismo, como as cadeias hoteleiras, as maiores agências de viagens de diversos segmentos relacionados às potencialidades do Estado. Deixa-se de fora, assim, os agentes do circuito inferior da economia do turismo que não possuem o mesmo poder econômico, mas que, de alguma forma, possuem uma relação com a atividade turística.

Torna-se necessário retomar as ideias de Brandão (2004, 2010, 2011) quando afirma que os planejamentos urbano e regional possuem suas escalas definidas. Quando há conflitos ou problemas – de diferentes naturezas – a solução passa, necessariamente, pela articulação das escalas de poder. Permite-se, dessa forma, uma “contratualização das políticas públicas”. Por este instrumento, diversos interesses emergem, são discutidos e solucionados. Facilita-se, consecutivamente, a cidadania.

Por fim, acredita-se que a atividade turística no Estado do Pará deva percorrer esse caminho, para que não se restrinja à ideia de que somente um punhado de pessoas é que pode elaborar, planejar e executar o planejamento do turismo, como se percebe no atual contexto.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 1-22, jul. 1996.
- BENEVIDES, I. **Turismo e Prodetur**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EdUFC, 1998, 166 p.
- BRANDÃO, C. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- BRANDÃO, C. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. *In*: FERNANDEZ, V.; BRANDÃO, C. (org.). **Escalas e políticas del desarrollo regional**: desafios para América Latina. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010, p. 241-272.
- BRANDÃO, C. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. *In*: DALLABRIDA, V. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 115-135.
- BRANDÃO, C. Prefácio. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler editora, 2013, p. 11-17.
- CARVALHO, S. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. *In*: VITTE, C.; KEINERT, T. (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 21-68.
- CRUZ, R. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001, 107 p.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.
- ESCOBAR, A. Planejamento. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p. 211- 228.
- FAPESPA. **Boletim de turismo do estado do Pará**. Belém: Fundação Amazônia de Amparo de Estudos e Pesquisas, 2017.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, São Paulo: IPEA, n. 21, p. 211-259, 2000.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HALL, C. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A. O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 3, p. 21-36, 1984.

- PARÁ. **Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará**. Belém: Companhia Paraense de Turismo- Paratur; THR – assessoria em turismo hotelaria e recreação, 2001.
- PARÁ. **Plano ver-o-Pará de turismo**. Belém: Chias Marketing/ Setur, 2011.
- PARÁ. Resolução n. 001, de 11 de maio de 2009. Dispõe sobre a adequação dos polos turísticos às novas regiões turísticas estabelecidas no Decreto estadual de n. 1.066, de 19 jun. 2008. **Lex**: Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, p. 2. Caderno Executivo, maio. 2009.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.
- RODRIGUES, M. **Políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2013, (Folha explica).
- SERRA, H. **Obra-prima da Amazônia?** Problemas de regionalização e políticas públicas de turismo no território paraense. Ituiutaba -MG, 2020.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, M. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- STEINBERGER, M. (org.). **Território, estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva no planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis–RJ: Vozes, 2000, p. 75-104.